

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Estudo Estratégico p/ PGM-Rio de Janeiro (Procurador) Com Videoaulas IBFC - Pós-Edital

Professor: Igor Maciel

Sumário

1 - Apresentação do Professor	4
2 - Apresentação do Curso	5
3- Banca de Direito Administrativo	8
1- <i>Arícia Fernandes Correia, Procuradora do Município – Presidente</i>	<i>8</i>
Doutora em Direito Público;.....	8
Mestrado em Direito da Cidade	8
Atuação Prática.....	8
Destaques de Envolvimento em Projetos de Pesquisa:	8
Principais artigos publicados recentemente:	9
Livros de Destaque	9
Link de Material Gratuito	10
Destaque Interesse Autora.....	10
2- <i>Alexandre Santos Aragão – Procurador do Estado do Rio de Janeiro</i>	<i>11</i>
Doutor em Direito do Estado;.....	11
Mestrado em Direito	11
Atuação Prática.....	11
Destaques de Envolvimento em Projetos de Pesquisa:	11
Principais artigos publicados recentemente:	11
Livros de Destaque	12
Link de Material Gratuito	12
Destaque Interesse Autor.....	13
3- <i>Jessé Torres Pereira Jr. – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro</i>	<i>14</i>
Especialização em Direito Público	14
Atuação Prática.....	14
Seminários Recentes – Destaque / Capítulos de Livro	14
Principais artigos publicados recentemente:	15
Livros de Destaque	15
Link de Material Gratuito	16
Destaque Interesse Autor.....	17
4- <i>Patrícia Ferreira Baptista – Procuradora do Estado do Rio de Janeiro;.....</i>	<i>18</i>
Doutora em Direito do Estado;.....	18
Mestrado em Direito Público	18
Atuação Prática.....	18



Destaques de Envolvimento em Projetos de Pesquisa:	18
Principais artigos publicados recentemente:	18
Livros de Destaque	19
Link de Material Gratuito	19
Destaque Interesse Autora	20
5- Neusa Regina Larsen de Alvarenga Leite – Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.....	21
Atuação Prática.....	21
6- Luiz Roberto da Matta – Procurador do Município do Rio de Janeiro	21
Atuação Prática.....	21
Link de Material Gratuito	21
4- Plano de Estudos	22
4.1 – A PGM Rio de Janeiro	22
4.2- O que esperar de um concurso para procuradoria municipal?.....	22
4.3- O que esperar do próximo concurso para PGM Rio de Janeiro?	25
4.4 – Análise das últimas provas elaboradas pela banca PGM-RJ no formato de questões subjetivas	26
4.4.1 – Provas Analisadas.....	26
4.4.2 – Percentual de Cobrança.....	27
4.4.3 – Nível de Cobrança.....	28
4.4.4 – Como estudar?.....	28
4.4.5 – Mas por onde começar?	29
4.4.5.1 - Direito Constitucional.....	29
4.4.5.2 - Direito Administrativo	33
4.4.5.3 - Direito Tributário	39
4.4.5.4 - Direito Processual Civil	43
4.4.5.5 - Direito Civil	47
4.4.5.6 - Processo Legislativo Municipal.....	49
4.4.5.7 - Direito Financeiro	52
4.4.5.8 - Direito do Trabalho.....	52
4.4.5.9 - Direito Processual do Trabalho	53
4.4.5.10 - Direito Empresarial.....	54
4.4.5.11 - Direito Previdenciário.....	55
5 – Preparação para o concurso	56



6 – Organização dos estudos.....	56
6.1 Ciclos de Estudos	57
6.2 Tempo.....	58
Não se imponha metas inatingíveis (“vou passar em 1 ano!”).	59
Quando você for estudar, estude.....	59
Faça pausas.....	59
6.3 Estratégias úteis.....	59
Não estudar apenas uma matéria	60
Faça revisões periódicas	60
6.4 Descanso	60
6.5 Conclusões.....	61
7 - Plano de Estudos.....	61
7.1 Horas líquidas de estudos	62
7.2 Definição das matérias estudadas	63
7.3 E depois?.....	65
5- Considerações Finais	66



1 - APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Olá pessoal, tudo bem? Meu nome é Igor Maciel, sou advogado e professor.

Graduado na Universidade Federal de Pernambuco, com extensão na Universidade de Coimbra/Portugal. Especialista LLM em Direito Corporativo pelo IBMEC/RJ. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo UNICEUB/DF. Sou atualmente Doutorando em Direito.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Estou à disposição dos senhores. Espero que aproveitem nosso curso.

Grande abraço,

Igor Maciel



profigormaciel@gmail.com

Convido-os a seguir minhas redes sociais. Basta clicar no ícone desejado:



[@ProfIgorMaciel](https://www.instagram.com/ProfIgorMaciel)



2 - APRESENTAÇÃO DO CURSO

Hoje iniciaremos nosso curso com foco em nas provas da PGM RJ, um concurso especialmente diferente, em razão da inexistência de provas objetivas.

Logo, procuraremos analisar os membros da banca em uma forma de tentar antecipar os principais temas do dia a dia dos examinadores. A ideia é que possamos orientar e direcionar os estudos.

Para tanto, proponho o seguinte cronograma:

Uma análise inicial superficial de cada membro da banca e os materiais gratuitos sobre suas principais publicações disponíveis na internet;

Análise de alguns dos principais textos dos examinadores com destaque do entendimento principal;

Apontamento de Temas Quentes para o concurso;

Propomos, portanto, o seguinte cronograma:

Aula 00

Cronograma do Curso

Análise Geral da Prova da PGM - RJ

Análise Estatística da Cobrança nos últimos anos (provas elaboradas pela PGM RJ)

Plano de Estudos

Análise da Banca de Direito Administrativo

Análise Produção Intelectual da Banca

Atuação prática recente dos membros da Banca

Temas prováveis de Cobrança

Aula 01

Análise da Banca de Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho

Análise Produção Intelectual da Banca

Atuação prática recente dos membros da Banca



Temas prováveis de Cobrança

Aula 02

Análise da Banca de Direito Constitucional

Análise Produção Intelectual da Banca

Atuação prática recente dos membros da Banca

Temas prováveis de Cobrança

Aula 03

Análise da Banca de Direito Civil e Empresarial

Análise Produção Intelectual da Banca

Atuação prática recente dos membros da Banca

Temas prováveis de Cobrança

Aula 04

Análise da Banca de Direito Processual Civil

Análise Produção Intelectual da Banca

Atuação prática recente dos membros da Banca

Temas prováveis de Cobrança

Aula 05

Análise da Banca de Direito Financeiro e Tributário

Análise Produção Intelectual da Banca

Atuação prática recente dos membros da Banca

Temas prováveis de Cobrança

Aula 06

Análise Específica dos Artigos dos Membros da Banca com orientação de estudos.



A ideia é que os alunos cheguem bastante preparados para qualquer que seja a peça cobrada na prova (tanto quanto aos aspectos processuais como também aos aspectos do direito material).

Esta a ideia do nosso curso.

Vamos juntos?

Igor



3- BANCA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1- ARÍCIA FERNANDES CORREIA, PROCURADORA DO MUNICÍPIO – PRESIDENTE

Doutora em Direito Público;

Tese: Por uma releitura dos princípios da legalidade administrativa e da reserva de administração.

Mestrado em Direito da Cidade

Dissertação: Acesso à Justiça: Educação de Direito

Atuação Prática

Procuradora do Município junto à Coordenação de Regularização Urbanística e Fundiária da Subsecretaria de Habitação, da Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação.

Destaques de Envolvimento em Projetos de Pesquisa:

Direito Administrativo da Cidade

Descrição: Trata-se de grupo de pesquisa que visa ao estudo de novas tendências do direito administrativo, mormente no âmbito da Administração Pública Municipal, bem como do direito à cidade, sob a perspectiva dos direitos fundamentais.

Efetividade dos Instrumentos de Regularização Fundiária

Descrição: O projeto - inserido dentro do escopo do Projeto Pensando o Direito da Subsecretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça - tem por objetivo identificar as razões pelas quais os institutos de usucapião especial coletiva para fins de moradia, concessão de uso especial para fins de moradia e legitimação de



posse ainda não obtiveram a efetividade do direito fundamental à moradia adequada.

Principais artigos publicados recentemente:

FARIAS, T. ; CORREIA, A. ; CORREIA, Aricia Fernandes . **Direito da Metr pole: comentários críticos ao Estatuto da Metr pole e ao Projeto de Lei da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Revista Internacional de Direito Ambiental, v. 19, p. 29-70, 2018.

CORREIA, Aricia Fernandes; LUFT, R. ; LIMA, L. ; REZENDE, R. C. . **Não tinha teto, não tinha nada: porque os instrumentos de direito urbanístico (ainda) não realizaram o direito à moradia no Brasil**. SÉRIE PENSANDO O DIREITO, v. 60, p. 01-142, 2016.

MARAFON, G. ; CORREIA, Aricia Fernandes ; SANTOS, A. M. P. . **Regulariza o Fundiária Urbana da Cidade do Rio de Janeiro: análise das titulações da PCRJ em 2017**. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO, v. 1, p. 55-85, 2017.

CORREIA, Aricia Fernandes. **Desigualdade ate depois da morte: ensaio antropológico-jurídico sobre a segregação sócio-espacial post mortem**. REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, v. 1, p. 236-264, 2017.

FARIAS, T. ; CORREIA, Aricia Fernandes . **Comentários ao Acórdão do Recurso Especial 588.022/SC**. REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO, v. 65, p. 5-23, 2016.

Livros de Destaque



SANTOS, A. M. P. (Org.) ; CORREIA, A. (Org.) ; CORREIA, Aricia Fernandes (Org.) .
Direito da Regularização Fundiária Sustentável: pesquisa, teoria e prática em torno da Lei Federal n. 13.465/2017. 1. ed. Belo Horizonte: Editar, 2018. v. 1. 383p
2017

Link de Material Gratuito

Encontramos este artigo recentemente publicado pela professora Arícia na Revista da UERJ, na linha de sua pesquisa: a situação da cidade do Rio de Janeiro e as alterações urbanísticas trazidas pela Lei 13.465/2017:

DIREITO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E AUTONOMIA MUNICIPAL: A CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 759/2016 NA LEI FEDERAL N. 13.465/2017 E AS TITULAÇÕES DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017

Eis o link (o download pode ser feito ao final do arquivo onde está escrito “texto completo”).

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32061>

▪

Outro material gratuito relevante, sem dúvidas, é sua palestra sobre Regularização Fundiária proferida em Maio de 2019 em evento da Associação Nacional dos Procuradores Municipais:

<https://www.youtube.com/watch?v=3DGItP4NyFg>

Recomendamos também a palestra proferida pela Professora Arícia sobre Regularização Fundiária e REURB (Lei 13.465/2017):

https://youtu.be/_9RAKujnhpk?t=5367

Destaque Interesse Autora

Direito Urbanístico / Direito Municipal / Aspectos relacionados à Regularização Fundiária



2- ALEXANDRE SANTOS ARAGÃO – PROCURADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Doutor em Direito do Estado;

Tese: A Dimensão e o Papel dos Serviços Públicos no Estado Contemporâneo.

Mestrado em Direito

Dissertação: As Funções e a Posição das Agências Reguladoras Independentes no Estado Contemporâneo.

Atuação Prática

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Comissão Permanente de Licitações da PGE/RJ e da Comissão de Estudos da Nova Lei de Licitações.

Destaques de Envolvimento em Projetos de Pesquisa:

Perspectivas Contemporâneas do Direito Administrativo

Descrição: Busca o presente grupo aprofundar investigações acerca da intervenção do Estado no domínio econômico.

Principais artigos publicados recentemente:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A cessão da concessão de E&P e a questão das eventuais responsabilidades remanescentes. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA - RBINF, v. 15, p. 23-32, 2019.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A Arbitragem no Direito Administrativo. Revista da AGU, v. 16, p. 19-57, 2017.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito Administrativo Societário - uma introdução. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. 974, p. 201-222, 2016.



DE ARAGÃO, ALEXANDRE SANTOS. **A responsabilidade civil e ambiental em atividades nucleares.** Revista de Direito Administrativo, v. 271, p. 65, 2016.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **A evolução da proteção do equilíbrio econômico-financeiro nas concessões de serviços públicos e nas PPPs.** Revista de Direito Administrativo, v. 263, p. 1, 2013.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Subjetividade judicial na ponderação de valores: alguns exageros na adoção indiscriminada da teoria dos princípios.** Revista de Direito Administrativo, v. 267, p. 1, 2014.

Livros de Destaque

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Empresas Estatais: O Regime Jurídico das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 1. 508p.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito dos Serviços Públicos.** 4ª. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. v. 1.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do Direito Administrativo Econômico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 568p .

ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, F. A. (Org.) . **Direito Administrativo e seus novos paradigmas.** 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

Link de Material Gratuito

Encontramos alguns artigos do Professor Alexandre gratuitamente na internet. Irei selecionar alguns deles que possuem destaque, em razão dos temas que apontei como de interesse no próximo tópico.



1- A responsabilidade civil e ambiental em atividades nucleares

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/60762/60055>

2- A Arbitragem no Direito Administrativo

https://www.academia.edu/34809985/A_Arbitragem_No_Direito_Administrativo

3- Palestra sobre nova lei das estatais (2016)

<https://www.youtube.com/watch?v=mcY13hf8oss>

4- Palestra sobre nova Lei das Agências Reguladoras

<https://youtu.be/62u39bLZeW8?t=3317>

Destaque Interesse Autor

Serviços Públicos (concessões, PPP, possibilidade de arbitragem)

Um excelente destaque, sem dúvidas, deve ser a Nova Lei das Agências Reguladoras (13.848/2019)

Empresas Estatais (destaque especial para as decisões do STF sobre o tema e para a Lei 13.303/2016)

Responsabilidade Civil do Estado por danos ambientais



3- JESSÉ TORRES PEREIRA JR. – DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Especialização em Direito Público

Monografia: Tutela Administrativa.

Atuação Prática

Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Juiz de Carreira).projeto

Seminários Recentes – Destaque / Capítulos de Livro

PEREIRA JUNIOR, J. T.. **Efetividade da Ação de Improbidade: Uma Perspectiva Comparada**. 2019. (Apresentação de Trabalho/Outra).

PEREIRA JUNIOR, J. T.. **As Parcerias Público-Privadas no Brasil e na França**. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

PEREIRA JUNIOR, J. T.. **Concursos Públicos - O Poder Judiciário não analisa critérios de formulação e correção de provas em concursos públicos, salvo nos casos de ilegalidade ou inobservância das regras do edital**. In: Maria Sylvia Zanella Di Pietro; Irene Patrícia Nohara. (Org.). Tese Jurpídicas dos Tribunais Superiores. 01ed.São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 2017, v. 01, p. 329-342.

PEREIRA JUNIOR, J. T.. **Simplificação da Gestão Pública: Princípio ou Técnica?**. In: Manoel Messia Peixinho/ Jessé Torres Pereira junior/ Emerson Affonso da Costa Moura. (Org.). Mutações do Direito Administrativo - Estudos em Homeagem ao Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto. 01ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. 01, p. 183-2008.



PEREIRA JUNIOR, J. T.; PINTO, E. G. ; SARLET, I. W. ; OLIVEIRA, O. C. . **Retrotopia e Sistema Brasileiro de Contratações Administrativas: em Busca de Equilíbrio entre Segurança Jurídica e Flexibilidade na Gestão Pública.** In: Élide Graziane Pinto; Ingo Wolfgang Sarlet; Jessé Torres pereira junior; Odilon Cavallaria de Oliveira/Forum. (Org.). Política Pública e Controle. 01ed.Belo Horizonte: Fórum, 2018, v. 01, p. 87-104.

Principais artigos publicados recentemente:

PEREIRA JUNIOR, J. T.; DOTTI, M. R. . **Prestação de Serviços por Rede Credenciada, Gerida por Empresa Quarteirizada: Evolução na Gestão Pública Brasileira. SLC Soluções em Licitações e Contratos**, v. 13, p. 23-50, 2019.

PEREIRA JUNIOR, J. T.; DOTTI, M. R. . **A Lei das Estatais Contribui para Simplificar e Elevar a Segurança Jurídica de Licitações e Contratos?** Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 193, p. 18-29, 2018.

PEREIRA JUNIOR, J. T.; DOTTI, M. R. . **A Gestão da Juridicidade dos Contratos Administrativos Conforme as Normas de Regência - Heraís, Pregão, Registro de Preços e RDC.** Revista SÍNTESE Responsabilidade Pública, v. 146, p. 45-87, 2018.

Livros de Destaque

PEREIRA JUNIOR, J. T.; DOTTI, M. R. ; HEINEN, J. ; MAFFINI, R. . **Comentários À Lei das Empresas Estatais - Lei nº 13.303/16.** 01. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. 01. 805p .

CARVALHO FILHO, J. S. ; PEREIRA JUNIOR, J. T. . **Temas de Direito Administrativo Contemporâneo.** 01. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. v. 01. 339p .



PEIXINHO, M. M. (Org.) ; MOURA, E. A. C. (Org.) ; PEREIRA JUNIOR, J. T. (Org.) . **Mutações do Direito Administrativo - Estudos em Homenagem ao Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto**. 01. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. v. 01. 354p .

PEREIRA JUNIOR, J. T.; DOTTI, M. R. . **1000 Perguntas e Respostas Necessárias sobre Licitação e Contrato Administrativo na Ordem Jurídica Brasileira**. 01. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. v. 01. 1535p .

PEREIRA JUNIOR, J. T.; DOTTI, M. R. . **Políticas Públicas nas Licitações e Contratações Administrativas**. 03. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. v. 01. 785p .

PEREIRA JUNIOR, J. T.. **Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**. 01. ed. São Paulo: NDJ, 2016. v. 01. 1130p .

Link de Material Gratuito

Encontramos alguns artigos do Professor Jessé gratuitamente na internet. Irei selecionar alguns deles que possuem destaque, em razão dos temas que apontei como de interesse no próximo tópico.

1- Artigo Sobre Gestão de Contratos Administrativos

http://www.bdr.sintese.com/AnexosPDF/RLC_42_miolo.pdf

2- Artigo Quarteirização na gestão pública

<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/294/339>

3- Artigo sobre moralidade nos contratos administrativos

<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI270676,61044-Moralidade+nos+contratos+administrativos>



4- Palestra sobre novos paradigmas da Gestão Pública

<https://youtu.be/SoCGtMNPSwg>

5- Palestra sobre Reforma Administrativa

<https://youtu.be/kk-Qn7Y8yyg?list=PLzzlNglRkl-V7-voJiz1U9lXK4qY6wls&t=1579>

Destaque Interesse Autor

Licitações e Contratos Administrativos

Empresas Estatais (destaque especial para a parte de licitações das Estatais)

Novos Paradigmas da Administração Pública (Gestão Pública na contemporaneidade)



4- PATRÍCIA FERREIRA BAPTISTA – PROCURADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

Doutora em Direito do Estado;

Tese: Segurança Jurídica e Proteção da Confiança Legítima - Análise Sistemática e Critérios de Aplicação no Direito Administrativo Brasileiro

Mestrado em Direito Público

Dissertação: Transformações do Direito Administrativo

Atuação Prática

Procuradora do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Comissão Permanente de Licitações da PGE/RJ e da Comissão de Estudos da Nova Lei de Licitações.

Destaques de Envolvimento em Projetos de Pesquisa:

Perspectivas Contemporâneas do Direito Administrativo

Descrição: Linha de Transformações do Direito Administrativo, em que se examinam as alterações por que vem passando os principais institutos da disciplina.

Principais artigos publicados recentemente:

BAPTISTA, Patrícia; ACCIOLY, J. P. **A administração pública na Constituição de 1988. Trinta anos depois: disputas, derrotas e conquistas.** REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 277, p. 45-74, 2018.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, C. I. . **Por que, Quando e Até Onde Regular as Novas Tecnologias? Entre Inovação e Preservação, os Desafios Trazidos Pelas Inovações Disruptivas.** Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 201, p. 67-85, 2018.



BAPTISTA, PATRÍCIA. A funcionalização da propriedade pública: problemas da perspectiva civilista sobre o regime jurídico dos bens públicos. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UERJ, v. 31, p. 229, 2017.

BAPTISTA, Patrícia; SILVA FILHO, C. C. E. ; CUNHA, M. F. . O patrimônio público estadual e seu regime jurídico. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 1, p. 27-45, 2017.

Livros de Destaque

MENDONCA, J. V. S. (Org.) ; QUIRINO, C. C. (Org.) ; BAPTISTA, Patrícia (Org.) . Debates sobre Inovação no Direito Público. 1. ed. , 2019. v. 1. 244p

BAPTISTA, Patrícia. Segurança Jurídica e Proteção da Confiança no Direito Administrativo. 1. ed. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014. 494p .

BAPTISTA, Patrícia. Transformações do Direito Administrativo. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

Link de Material Gratuito

Encontramos este artigo recentemente publicado pela professora Patrícia na revista de Direito Administrativo da FGV, na linha de sua pesquisa: Linha de Transformações do Direito Administrativo, em que se examinam as alterações por que vem passando os principais institutos da disciplina.

POR QUE, QUANDO E ATÉ ONDE REGULAR AS NOVAS TECNOLOGIAS? ENTRE INOVAÇÃO E PRESERVAÇÃO, OS DESAFIOS TRAZIDOS PELAS INOVAÇÕES DISRUPTIVAS.

Eis o link (o download pode ser feito onde está escrito “Baixar este arquivo PDF”).

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/66659/64683>



Este artigo também merece destaque:

BAPTISTA, Patrícia; ACCIOLY, J. P. **A administração pública na Constituição de 1988. Trinta anos depois: disputas, derrotas e conquistas.** REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 277, p. 45-74, 2018.

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/76704>

Palestra da Professora Patrícia sobre os desafios da transparência na administração pública

<https://youtu.be/AD6X-wPNOK8?t=392>

Há aqui também um vídeo com a participação da Professora Patrícia e do Professor Alexandre Aragão, outro membro da banca:

https://youtu.be/l1_XFKl99iM

Destaque Interesse Autora

Transformações do Direito Administrativo na contemporaneidade

Intervenção do Estado na Propriedade

Bens Públicos



5- NEUSA REGINA LARSEN DE ALVARENGA LEITE – JUÍZA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Atuação Prática

Juíza da 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro.

Não encontramos uma maior atuação acadêmica desta examinadora, razão pela qual acreditamos que a sua atuação cobrará temas relacionado ao dia a dia da Vara da Fazenda Pública (sua atuação diária).

6- LUIZ ROBERTO DA MATTA – PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Atuação Prática

Procurador do Município do Rio de Janeiro.

Mestre em Direito das Cidades pela UERJ.

Este examinador também possui interesse em Direito Urbanístico, conforme palestra disponibilizada abaixo.

Não encontramos uma maior atuação acadêmica deste examinador, razão pela qual acreditamos que também a sua cobrança será quanto a temas relacionado ao dia a dia da Vara da Fazenda Pública (sua atuação diária) e também sobre **Direito Urbanístico**.

Link de Material Gratuito

Palestra do Professor Luiz Roberto da Matta sobre Grandes Eventos, Direitos Difusos e Judicialização: A experiência das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

<https://youtu.be/2UPMojosC-k?t=197>



4- PLANO DE ESTUDOS

4.1 – A PGM RIO DE JANEIRO

A Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro é, sem dúvidas, uma das melhores e mais concorridas procuradorias do Brasil.

O salário inicial do Procurador do Município do Rio de Janeiro gira em torno de R\$. 27.000,00 (vinte e sete mil reais), enquanto a remuneração final chega a um valor superior a R\$. 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

Ah, não podemos esquecer dos **honorários advocatícios**, pagos segundo a média de arrecadação do município de forma rateada aos procuradores municipais. Por fim, é importante lembrarmos também da possibilidade de **advocacia privada**, um dos pontos altos da carreira.

O último concurso da PGM-RJ foi realizado por uma banca própria, formada pelos procuradores municipais, no ano de 2010 e com uma previsão de 10 (dez) vagas. Contudo, 15 (quinze) candidatos foram efetivamente nomeados.

Atualmente, a PGM-RJ conta com 20 (vinte) cargos vagos e o concurso se aproxima de forma bastante “quente”, uma vez que a Resolução PGM 902/2019 já autorizou a formação da comissão para realização do concurso e recentemente tivemos a aprovação do **regulamento do certame**.



CURIOSIDADE

A PGM-RJ exige prática jurídica de 2 (dois) anos. Contudo, esta prática poderá ser comprovada através de **estágio em direito**.

Assim ocorrera no último concurso e será mantido no próximo certame.

4.2- O QUE ESPERAR DE UM CONCURSO PARA PROCURADORIA MUNICIPAL?

As bancas de concurso em geral, sejam elas tradicionais (CESPE, FCC, VUNESP ou FGV, por exemplo) ou locais (bancas próprias, por exemplo), costumam cobrar em concursos públicos aspectos relacionados à **atuação prática do cargo** para o qual se está avaliando.

Assim, em uma prova de Defensoria Pública Estadual temas como Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor e Direito de Família possuem uma relevância muito maior na prova do que um concurso para Delegado da Polícia Federal, por exemplo.



Nesta linha de raciocínio, os advogados públicos, como o próprio termo sugere, são os causídicos que atuam em favor do ente público em juízo e fora dele. Logo, no seu âmbito de atuação, será constante o aparecimento de temas de Direito Administrativo, de Direito Tributário e de Direito Constitucional.

E isto se reflete na prática dos concursos.

Existe um **quarteto fantástico** em concursos de advocacia pública que sempre correspondem a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da cobrança em provas objetivas:



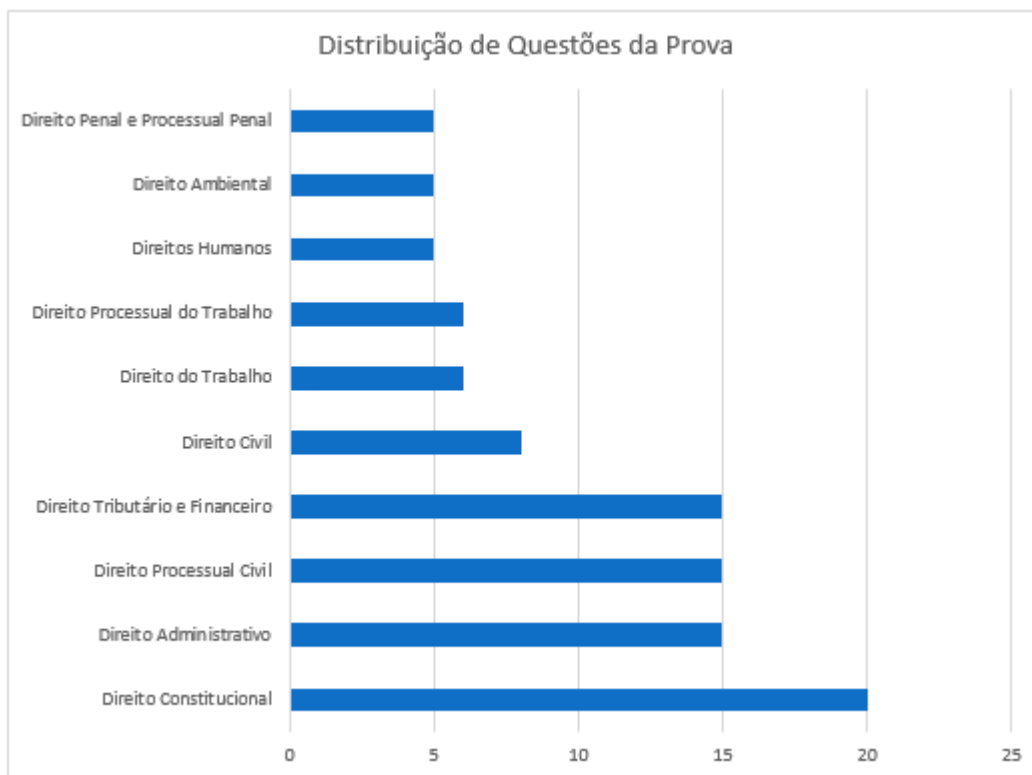
Acrescente-se, ainda, uma disciplina aprimorada pelo grande mestre Leonardo Carneiro da Cunha chamada de **Fazenda Pública em Juízo**. Trata-se do direito processual visto à luz da Fazenda Pública.

Temas como Mandado de Segurança, Execução Fiscal, Improbidade Administrativa (aspectos processuais) e Recursos utilizados pela Fazenda Pública são de extrema importância para concursos de Procuradoria.

Eu diria até que dominando profundamente estas cinco matérias: Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo, você será capaz de realizar mais de 60% (sessenta por cento) de qualquer prova objetiva de procuradoria.

Apenas para se ter uma ideia, no concurso realizado pela Procuradoria do Estado do Maranhão (FCC/2016), estas matérias corresponderam a cerca de 70% (setenta por cento) da prova objetiva:





Além disso, estas matérias serão certamente (e aqui podemos fincar 100% de certeza) cobradas nas fases discursivas destes concursos. Afinal, o que será cobrado em uma peça prática de procuradoria que não a atuação da fazenda pública em juízo?

Faz-se necessário também que o aluno obtenha bons resultados nas demais matérias cobradas nas provas. Podemos destacar que em provas de Procuradorias Municipais encontramos com bastante frequência (quase sempre) as seguintes disciplinas:



Naturalmente, estas matérias também devem ser dominadas pelo candidato, especialmente os temas que mais envolvem a atuação prática do advogado público. A título de exemplo, em **Direito Civil** há uma cobrança bem mais acentuada da parte de obrigações, contratos e direitos reais do que da parte de direito de família.

Por outro lado, existem matérias que possuem uma **cobrança eventual** nos concursos de advocacia pública em geral e que a cobrança apenas poderá ser assegurada após a publicação do respectivo edital, a exemplo de Penal, Processo Penal, Agrário e Municipal.



4.3- O QUE ESPERAR DO PRÓXIMO CONCURSO PARA PGM RIO DE JANEIRO?

Antes de olharmos para o futuro, precisamos, sem dúvidas, examinar o passado.

No seu último concurso, a PGM-RJ elaborou concurso onde já na 1ª fase a cobrança fora exclusivamente de **questões discursivas**. Isso mesmo. A banca não cobrou **nenhuma questão objetiva**.

Segundo podemos analisar do último edital e também do regulamento do próximo concurso, o certame basicamente será composto das seguintes etapas:

- 1- Prova escrita subjetiva ou objetiva geral;
- 2- Prova escrita subjetiva específica;
- 3- Prova Oral;
- 4- Prova de Títulos;

As matérias cobradas foram basicamente as já tradicionalmente aguardadas em concursos de Procuradorias Municipais:

- I - Direito Administrativo;
- II - Direito Processual Civil;
- III - Direito Constitucional;
- IV - Direito Civil e Empresarial;
- V - Direito Financeiro e Tributário;
- VI - Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho.

Na 1ª fase, foram cobradas **2 (duas)** questões de cada um dos blocos de matérias elencados acima (2 de administrativo, 2 de constitucional, 2 de Civil **ou** empresarial, 2 de Trabalho, Previdenciário **ou** Processo do Trabalho).

Estas questões poderiam versar – segundo o edital – sobre problemas, dissertações, pareceres ou peças processuais, bem como questões do tipo misto.

Por ser uma tradição de bancas cariocas, acreditamos que o próximo concurso da PGM-RJ manterá o mesmo padrão.

Isto porque o próprio regulamento do concurso nos trouxe a previsão de que as provas Escritas contarão com questões de qualquer tipo, formuladas pela respectiva Banca Examinadora, podendo abranger quesitos objetivos, problemas, dissertações, pareceres ou peças processuais, bem como questões do tipo misto.

Percebam que as matérias cobradas serão exatamente as mesmas:



- I - Direito Administrativo;
- II - Direito Processual Civil;
- III - Direito Constitucional;
- IV - Direito Civil e Empresarial;
- V - Direito Financeiro e Tributário;
- VI - Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho.

4.4 – ANÁLISE DAS ÚLTIMAS PROVAS ELABORADAS PELA BANCA PGM-RJ NO FORMATO DE QUESTÕES SUBJETIVAS

Amigos, conseguimos encontrar diversas provas elaboradas pela PGM-RJ e que servirão de norte para nossa organização de estudos. Os concursos analisados envolvem tanto a prova para Procurador do Município do Rio de Janeiro, como o concurso para Procurador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e vários exames para o programa de Residência Jurídica da PGM-RJ.

Esta é a base que utilizamos para analisar e tentar identificar alguma tendência na banca.

4.4.1 – PROVAS ANALISADAS

Objetivamente, analisamos as seguintes provas:

- 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2009
- 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2010
- 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011
- 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - 2011
- 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013
- 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016



4.4.2 – PERCENTUAL DE COBRANÇA

Dentre as provas analisadas, conseguimos perceber um padrão claro: a banca costuma focar com bastante intensidade no quinteto de procuradorias, ou seja, nos aspectos práticos do dia a dia do procurador. Assim, fica claro que, além de **Fazenda Pública em Juízo**, o aluno precisa estudar com muita intensidade as disciplinas de:

Direito Constitucional

Direito Administrativo

Direito Tributário

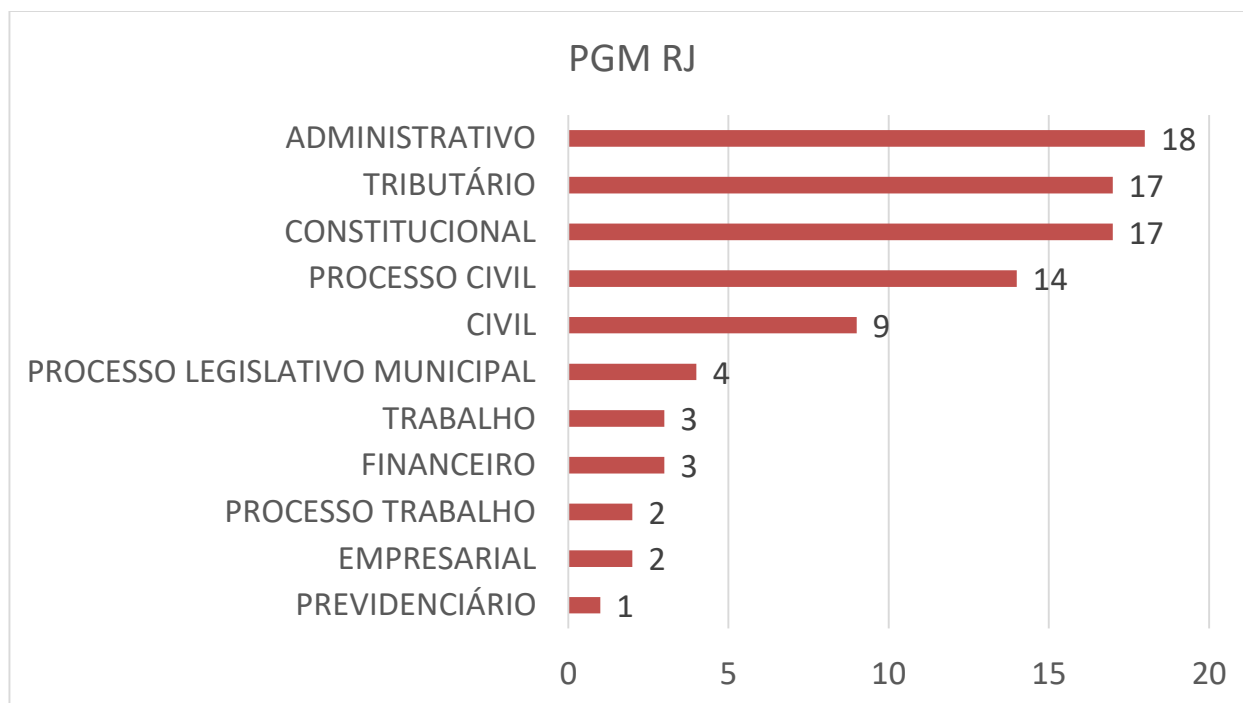
Direito Processual
Civil

Ao todo, analisamos **90 (noventa)** questões que ficaram divididas da seguinte forma:

CONTEÚDO	Nº QUESTÕES
ADMINISTRATIVO	18
CONSTITUCIONAL	17
TRIBUTÁRIO	17
PROCESSO CIVIL	14
CIVIL	9
PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL	4
FINANCEIRO	3
TRABALHO	3
EMPRESARIAL	2
PROCESSO TRABALHO	2
PREVIDENCIÁRIO	1
TOTAL	90

Percebam que em mais de 70% (setenta por cento) das oportunidades, a banca cobrou as matérias acima referidas. Vejamos o gráfico:





4.4.3 – NÍVEL DE COBRANÇA

As questões cobradas pela banca possuem um nível alto, mas dentro do esperado para concursos de Procuradoria. As respostas quase sempre envolvem o domínio pelo candidato da doutrina básica sobre a matéria, além do entendimento acerca das últimas teses jurisprudenciais que envolvem a atuação da Fazenda Pública em Juízo.

4.4.4 – COMO ESTUDAR?

Amigos, o estudo para a PGM-RJ precisa ser feito de forma um pouco diferente de outras provas: o volume de questões discursivas logo na 1ª etapa exige uma maior prática do candidato com temas e respostas de questões discursivas.

Assim, o 1º passo, sem dúvidas, deve ser: **estudar imaginando quais as possíveis perguntas que o examinador poderia fazer em uma prova discursiva sobre este tema.**

Suas revisões devem basear-se essencialmente nestes pontos.

Seus treinos devem basear-se essencialmente em responder a questões discursivas.

Este o segredo para uma preparação de alto nível.



4.4.5 – MAS POR ONDE COMEÇAR?

Aqui, basicamente não há qualquer diferença para o ciclo de estudos já elaborado para outras procuradorias municipais: o foco deve ser logo nos primeiros 90 (noventa) dias de estudo exaurir o estudo do **quinteto de procuradorias**.

O estudo de Direito Administrativo, Constitucional, Processo Civil, Tributário e Fazenda Pública em Juízo deve ser aprofundado e esgotado em um “tiro curto” de 90 (noventa) dias.

Para te dar um norte, transcreveremos abaixo as questões da banca PGM-RJ analisadas.

Iniciar respondendo-as já é um excelente começo.

4.4.5.1 - Direito Constitucional

1. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

Cidadão carioca propõe ação em Vara de Fazenda Pública, pleiteando casa própria com base no direito constitucional social de moradia (art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil).

Mencione e explique três argumentos que poderiam ser utilizados na contestação municipal.

2. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

A Câmara Municipal da Cidade de Floresta Negra aprova emenda à Lei Orgânica Municipal, introduzindo o regime parlamentarista em nível local. Discuta a constitucionalidade de tal medida.

3. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

Discorra sobre o controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo municipal.

4. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

Recentemente, houve grande discussão acerca da proposta de emenda constitucional nº 33/2011, que aumenta a quantidade mínima de votos necessários para declaração de inconstitucionalidade de lei, bem como submete ao Congresso Nacional a decisão



sobre inconstitucionalidade de Emendas à Constituição e os efeitos das Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal. Na justificativa da proposta de Emenda Constitucional existe o questionamento expresso sobre o ativismo judicial e sobre a atribuição da última palavra ao Poder Judiciário para interpretação da Constituição.

Nesse sentido, conceitue ativismo judicial, abordando sua implicação com o princípio democrático e com o princípio da separação de poderes. Cite duas decisões ativistas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.

5. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

Discuta o conceito de repercussão geral, suas características, pressupostos e efeitos.

6. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

A constituição da Região Metropolitana, por lei complementar estadual, deve levar em conta as funções públicas de interesse comum. Discuta o pacto federativo brasileiro e a autonomia dos Municípios no contexto da definição das competências metropolitanas por obra do legislador estadual.

7. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2010

Discuta a relação entre o poder normativo das agências reguladoras e o princípio constitucional da legalidade.

8. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2010

Nos autos de ação ordinária, já em fase de execução, tendo sido vencido o Ente Municipal, pleiteia em juízo a parte requerendo a separação dos valores a serem pagos pela Fazenda Pública, viabilizando o pagamento da parcela referente aos honorários advocatícios sob regime de requisitório de pequeno valor. O juiz determina a oitiva da Procuradoria antes de apreciar o pedido. Como deve o Município se manifestar em juízo?

9. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2010

Lei municipal sancionada pelo Prefeito, de iniciativa parlamentar, estabelece que as Unidades de Pronto Atendimento a serem construídas em imóveis públicos municipais pela Administração Pública Municipal deverão ser dotadas de órgãos específicos de gestão e logística, que disponibilizem à população dados acerca do quantitativo de atendimentos prestados por mês e do tempo médio de espera para



atendimento dos pacientes. Chamado a se manifestar acerca da matéria, analise a constitucionalidade da lei e todas as nuances constitucionais que envolvem a questão.

10. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2009

Disserte sobre a repartição de competências legislativas entre os entes federativos estabelecida na Constituição Federal de 1988.

11. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2009

Mencione e explique os limites jurídicos ao direito à saúde, previsto no art. 196 da Constituição Federal.

12. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2009

Em razão da escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de iniciativa do vereador João do Esporte, que cria cem cargos de professores de Educação Física e determina a construção de vinte vilas olímpicas nas Zonas Norte e Oeste de nossa cidade. O Prefeito, alegando restrições orçamentárias, veta a lei. O ato, no entanto, é derrubado pela Câmara de Vereadores. O Chefe do Executivo Municipal consulta a Procuradoria do Município, nos seguintes termos:

A) É possível não cumprir a lei?

B) Qual (is) a (s) medida (s) judicial (is) cabível (is)?

13. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Tendo em conta o expressivo volume de suspensão de exercício funcional havido no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, particularmente na carreira do magistério – em decorrência de licença-maternidade, licenças de saúde, licenças para acompanhamento de cônjuge e outras previstas em Estatuto – cogita aquela Pasta Municipal de uma proposta legislativa que promova uma autorização genérica para a celebração de contratações temporárias destinadas à substituição dos referidos docentes afastados, admitindo-se prorrogação dessas contratações (já que também as causas determinantes do afastamento podem levar à prorrogação das licenças).

Examine a viabilidade constitucional da proposta legislativa cogitada.

14. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)



A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro atribuía competência ao Legislativo Municipal para determinar tombamentos. O Prefeito ajuizou Representação de Inconstitucionalidade alegando que a norma violava a separação de poderes pois tal competência seria própria do Executivo. O Tribunal de Justiça declarou a norma inconstitucional conferindo efeitos ex nunc a sua decisão. Foi interposto Recurso Extraordinário e o Supremo Tribunal Federal manteve integralmente a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que transitou em julgado. O Prefeito consulta a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro quanto às seguintes questões:

- a) É possível desconstituir os atos de tombamento levados a cabo por lei anterior à decisão do Tribunal de Justiça?
- b) Caso a desconstituição seja possível, qual seria o meio para efetivá-la?

15. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Determinada categoria de servidores municipais deflagra greve que vem a ser considerada ilegal pela autoridade municipal, uma vez que inexistente lei disciplinando o exercício de greve no âmbito do Município. A entidade representativa dos referidos servidores avalia que há violação às decisões do Supremo Tribunal Federal, proferidas em sede de mandado de injunção que assegurariam aos servidores públicos o exercício do direito de greve na forma da lei aplicável ao setor privado. Em vista disso, decide apresentar reclamação perante o Supremo Tribunal Federal para garantir a autoridade das decisões daquela Corte.

Desenvolva os fundamentos que poderão ser utilizados na defesa do Município tanto do ponto de vista processual quanto do ponto de vista substantivo.

16. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

Descreva os mecanismos de controle de constitucionalidade que podem levar o Supremo Tribunal Federal a proferir decisão com efeitos erga omnes acerca de uma lei municipal.

17. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

O Prefeito pretende assumir a gestão de um rio, no âmbito do território municipal, para minimizar frequentes problemas de transbordamentos que afetam a população local. A Procuradoria Geral do Município foi consultada sobre a matéria. Como Procurador do Município, manifeste-se sobre:

- a) os fundamentos que autorizariam a adoção da medida;



- b) qual o ente federativo (ou entes federativos) com o qual (ou os quais) o Município deverá entabular entendimentos;
- c) os mecanismos para viabilizar a providência.

4.4.5.2 - Direito Administrativo

1. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

Em relação à desapropriação, indique os temas que podem ser ventilados na peça de contestação.

2. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

Diferencie e caracterize as seguintes modalidades de licitação: leilão e pregão.

3. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

Discorra sobre os elementos/requisitos necessários para a responsabilidade civil do estado por atos omissivos.

4. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

Há juridicidade na previsão de convenção de arbitragem em contratos da Administração Pública Direta? Justifique.

5. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

Considerando o contorno normativo constitucional e sua interpretação jurisprudencial, o aprovado em concurso público tem direito absoluto de investidura ou a esse direito pode ser oposta alguma exceção? Justifique.

6. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

Berenice da Silva, doméstica, 39 anos, vive em união estável com Severino Gomes, 40 anos. Ambos sempre sonharam ter filhos. Mas, após uma década de tentativas, o tão sonhado filho não veio, por problemas no funcionamento no sistema reprodutor de Berenice, conforme diagnosticado pela rede pública municipal de saúde em laudo médico. Comprovando a hipossuficiência financeira, a Defensoria Pública Estadual postulou, em nome de Berenice, a concessão de tutela antecipada em ação judicial com o objetivo de custeio, pelo Município do Rio de Janeiro, de tratamento da mencionada infertilidade feminina por um período de 3 (três) anos.



Decida a questão, explicitando as razões de sua decisão à luz dos princípios da razoabilidade e da reserva do possível.

7. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2010

O Município do Rio de Janeiro e a Associação de Moradores do Bairro do Jaú, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, celebraram instrumento jurídico pelo qual o ente público repassará recursos financeiros para apoiar projeto da Associação que promove cursos profissionalizantes gratuitos na região do Bairro do Jaú.

- a) Qual a natureza jurídica deste instrumento celebrado e quais são as suas principais características?
- b) Poderia o Município, através de instrumento jurídico semelhante, delegar à Associação de Moradores do Bairro do Jaú a titularidade e a prestação do serviço público de transporte coletivo por ônibus na região do Bairro do Jaú?

8. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2010

A Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro submete à Procuradoria Geral do Município a análise de 4 (quatro) processos sobre compra de medicamentos. Analise as questões propostas e, com base na Lei 8666/93 e nos demais diplomas normativos correlatos, opine sobre a forma como deve proceder a Administração.

- a) Por conta de impugnações judiciais acerca dos critérios de julgamento, uma licitação sobre a compra do medicamento X ainda não terminou e o desabastecimento da rede de hospitais municipais é iminente, sendo certo que o referido medicamento é imprescindível à manutenção da vida humana em certos casos. Como deve proceder o Administrador?
- b) Determinado medicamento tem um único fornecedor em território nacional. Como deve proceder a Administração para a compra de tal medicamento?
- c) Como deve proceder a Administração para aquisição de novos medicamentos considerados bens comuns?
- d) O prazo de vigência de determinado contrato para aquisição de determinados medicamentos está na iminência de expirar. Indaga a Administração se tal contrato pode ser prorrogado, por igual período que o previsto no contrato original.

9. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2010

Alegando a ocorrência de negligência médica em atendimento prestado em 2004 em hospital municipal, José pretende ajuizar ação indenizatória em face do Município do



Rio de Janeiro. É viável o exercício de tal pretensão? Em caso positivo, em qual teoria da responsabilidade civil poderá se fundamentar? Quais os elementos de tal teoria?

10. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2009

Na fase final de construção de um grande complexo esportivo cujo custo total da obra foi de R\$ 2.000.000,00, em que já havia sido pago 80% desse valor, o TCM notificou determinado Município alegando que não teria sido realizada audiência pública prévia ao procedimento licitatório que antecedeu a contratação, conforme prevê a Lei nº 8.666/93.

Diante da análise do controle, a assessoria do Secretário de Esportes desse Município propõe a anulação do contrato e a suspensão dos respectivos pagamentos, aplicando-se a autotutela conferida à Administração Pública.

Encaminhado o feito à Assessoria Jurídica, faça sua apreciação preliminar sobre os aspectos suscitados.

11. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2009

Discorra, sucintamente, sobre a responsabilidade civil do Estado por ato omissivo.

12. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2009

A viúva de um permissionário de serviço de táxi do Município X pleiteia a transferência da referida permissão, alegando ser a permissão um bem que lhe teria sido deixado pelo falecido cônjuge, o que lhe conferiria direito líquido e certo à respectiva transferência. Como advogado residente desse Município, analise a legalidade do pedido.

13. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

O Município do Rio de Janeiro, visando a cumprir as exigências e os prazos firmados com a FIFA para a realização da Copa do Mundo de 2014, decide contratar a execução de projeto de duplicação da Avenida das Américas, apresentado pela Secretaria Municipal de Obras. Realizada concorrência pública, vence a Construtora Panorâmica, que assina o contrato em outubro de 2010 – data de início das obras – com término em dezembro de 2011. Durante a execução da obra, em 10 de julho de 2011, a fiscalização do contrato constata que o terreno é argiloso e se situa sobre lençol d'água, fato que pode levar ao afundamento da pista caso não seja efetuada a alteração do projeto original, para que seja feito reforço de sua estrutura com a colocação de estacas de sustentação. A mudança equivale a cerca de 30% (trinta por



cento) de aumento do valor inicial orçado para a obra. Quando a questão está prestes a ser submetida ao exame jurídico, sobrevém fato novo: o recebimento de ofício do Ministério Público Estadual determinando a rescisão do contrato por ter sido declarada a inidoneidade da Contratada pela Administração Pública Federal, no final do mês de junho de 2011. Em despacho, a Secretaria Municipal de Obras encaminha a questão à Procuradoria Geral do Município, indagando sobre a possibilidade de se realizar nova licitação, como convite ou pregão, para o resíduo da execução da obra, diante do apertado prazo para a sua entrega, ou de outro meio que possa atender ao interesse público.

Como Procurador ao qual é submetida a consulta jurídica, como você se posicionaria diante dos seguintes pontos:

- a) a pretendida alteração contratual e seu fundamento jurídico e legal;
- b) a repercussão, no contrato com o Município, da decisão da Administração Pública Federal, que declarou a inidoneidade da Contratada;
- c) a medida a ser adotada pelo Município diante do recebimento do ofício do Ministério Público Estadual e qual o instituto jurídico tratado neste tópico;
- d) a análise da indagação apresentada pela Secretaria Municipal de Obras; e
- e) a apresentação de solução jurídica possível em se considerando a hipótese

14. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Particular ergue obra em área particular, sem licença prévia. A construção não é passível de ser legalizada, conforme normas urbanísticas em vigor. A Edilidade notifica o particular para que realize voluntariamente a demolição do que construiu, sob pena desta mesma demolição ser conduzida pelos agentes municipais, no prazo de 48 horas. O particular ajuíza interdito proibitório contra o Município, alegando que seus direitos de posse e de moradia estão sendo ameaçados pela prometida ação de polícia do governo local. O juízo defere liminar para impedir a demolição.

Você é o Procurador do Município encarregado da defesa do ato local:

- a) indique as linhas básicas quanto ao mérito de sua manifestação no processo, em prol do ato municipal, sendo dispensada a abordagem específica das medidas processuais cabíveis;
- b) exponha como enfrentaria a alegação fundada na invocação da tutela do mínimo essencial, ponderando esse valor com o da tutela do ordenamento urbano-ambiental;
- c) analise a extensão e a oponibilidade do instituto da posse contra ato de polícia;
- d) aponte os requisitos formais a serem observados pelo agente público na prática do ato em questão;



e) qual seria a sua tese, nesse contexto, contra a invocação, pelo particular, do princípio da inviolabilidade do domicílio.

15. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

João da Silva, portador de deficiência renal crônica, vem se submetendo, há mais de três anos, a tratamento de hemodiálise em hospital municipal. No último mês de abril, em razão da falta de energia elétrica naquela unidade de saúde pública determinada por corte efetuado pela concessionária de serviço público em razão do não pagamento das contas respectivas, ficou ele sem atendimento por mais de uma semana, tendo sido infrutíferas suas tentativas em conseguir vaga em outro hospital que prestasse o serviço especializado de que dependia.

Dada a gravidade de seu estado de saúde e às complicações advindas dos fatos narrados, os danos se tornaram irreversíveis, levando-o ao óbito.

Seguiu-se a proposição de ação indenizatória em face do Município do Rio de Janeiro, por sua sobrinha e única herdeira, pedindo a reparação por dano moral que diz ter sofrido. Conexamente, em face do Município, da concessionária e da citada herdeira, foi ajuizada ação objetivando indenização por dano material e moral por pessoa sedizente sua companheira, a qual alega que há mais de cinco anos vem se dedicando a cuidar do falecido, vivendo com ele uma relação more uxorio. Que este era viúvo e que não tinha filhos e não convivia com sua família, razão pela qual deve ser deferida a seu favor a tutela antecipatória no que se refere à pensão devida em razão do ato ilícito praticado e, ao final, julgados procedentes seus pedidos.

- a) Analise fundamentadamente, explicitando o embasamento legal, a responsabilidade do Município na hipótese;
- b) Teria a concessionária alguma responsabilidade quanto aos danos alegados?
- c) O dano sofrido pela sobrinha do falecido é in re ipsa?
- d) Eventual reconhecimento da sociedade de fato entre o falecido e sua sedizente companheira seria suficiente para que ela pleiteasse sua pensão previdenciária? Justifique.
- e) Caso provada esta relação, a companheira teria direito a antecipação de tutela?

16. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

O Prefeito do Município X recebe recursos federais para atender a calamidade pública que destruiu vários bairros da cidade.



A partir de trabalho investigativo, o Ministério Público Federal abre inquérito civil administrativo para apurar a malversação de recursos federais nos contratos celebrados pelo Prefeito.

O Prefeito defende não ter havido violação da Lei de Licitações nos contratos celebrados. Não obstante, os patrimônios pessoais do Prefeito, da sua esposa e dos seus filhos decuplicarem em um ano, sem justificativa, e as obras não foram concluídas no prazo.

Responda cada uma das questões abaixo, justificadamente.

- a) Do seu ponto de vista, qual o fundamento que sustenta a abertura do inquérito civil administrativo e poderá justificar a atuação judicial da União para recuperação dos valores malversados?
- b) Que outra atuação judicial pode ser deflagrada pela União Federal ou pelo próprio Município X para atacar a malversação dos recursos públicos?
- c) De quais instrumentos dispõe o Direito para enfrentar a regularidade formal do procedimento da licitação e dos contratos administrativos invocados pelo Prefeito para a proteção da sua atuação administrativa?
- d) Como Procurador do Município, com que fundamentos você defenderia a conclusão das obras, tendo em vista o estado real de calamidade?
- e) De quais instrumentos poderá se valer o cidadão para a defesa do patrimônio público e dos valores violados?

17. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

Procurador da administração pública direta emite parecer, no exercício da função prevista no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, pela aprovação da minuta de contrato de obra pública, a realizar-se com dispensa de licitação, o que vem a ser acolhido pelo ordenador de despesa, que a autoriza. Em curso a execução do contrato, terceiro representa ao Tribunal de Contas competente, apontando ilegalidade na dispensa de licitação, seguindo-se decisão do relator que determina: a) a suspensão do contrato até ulterior deliberação da Corte de Controle; e (b) a apuração de responsabilidade. Examine a responsabilidade do Procurador que emitiu o parecer jurídico favorável à contratação direta, à vista de precedentes específicos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

18. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

A motivação, hoje princípio dos mais importantes do Direito Público, tem uma expressa previsão constitucional para as decisões judiciais.



Indaga-se, portanto:

1º - Este princípio constitucional é extensivo às decisões administrativas e às decisões legislativas?

2º - Quais as vinculações jurídicas a que estão sujeitas a formulação legislativa e a execução administrativa de políticas públicas, como observância deste princípio e se tais vinculações constituem condições de validade?

4.4.5.3 - Direito Tributário

19. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

Em que consiste a denominada “isenção heterônoma”? É admissível no ordenamento pátrio? Em caso positivo, dê um exemplo.

20. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

Diferencie progressividade e seletividade.

21. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

À luz da distinção entre obrigação e crédito tributário, diferencie os institutos da prescrição e da decadência em matéria tributária.

22. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

O governador de um Estado brasileiro sanciona lei ordinária, de iniciativa da assembleia legislativa, limitando a variação de alíquotas do IPTU dos Municípios do Estado entre 3% e 5% sobre o valor venal do imóvel.

Disserte sobre a constitucionalidade de tal lei.

23. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

DVDs e CDs contendo obras musicais interpretadas por artistas brasileiros gozam de imunidade tributária? Justifique a resposta.

24. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

Notificada do lançamento de IPTU sobre imóvel de sua propriedade, a Companhia Docas de Rio de Janeiro, sociedade de economia mista federal, propõe ação anulatória de débito tributário em que alega fazer jus à imunidade tributária recíproca.

Chamado a assessorar o Procurador do Município na elaboração da resposta do ente, que linhas de argumentação você sugeriria?



25. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2010

Um projeto de lei municipal tem como único objetivo destinar, à Secretaria Municipal de Obras, 2% (dois por cento) da receita obtida com a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para o recapeamento das vias urbanas.

Dê o seu parecer, fundamentado, sobre a constitucionalidade ou não deste projeto de lei municipal.

(Não será aceita a mera indicação da constitucionalidade ou inconstitucionalidade, sem a devida fundamentação.)

26. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2010

Em 3 de novembro de 2010 é publicada no Diário Oficial a sanção, pelo Prefeito, de Lei Municipal instituidora de determinada taxa. O último artigo da referida lei estabelece sua entrada em vigor na data de sua publicação. A partir de que mês a taxa poderá legitimamente ser cobrada? Fundamente sua resposta.

(Resposta não fundamentada não será considerada.)

27. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2010

Discorra sobre três modalidades de extinção do crédito tributário.

28. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2009

Faça a distinção entre imunidade, isenção e não incidência tributárias.

29. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2009

Em 02.10.1997, a fiscalização fazendária municipal lavrou três autos de infração contra a empresa JHB por não recolhimento de ISS relativo a fatos geradores ocorridos, respectivamente, em 06.05.1991, 23.05.1994 e 08.06.1995.

A empresa autuada apresentou, tempestivamente, três recursos administrativos, um para cada auto de infração.

Em 03.05.2000, as alegações apresentadas foram rejeitadas pelo órgão de julgamento administrativo em três decisões, contra as quais a empresa JHB não apresentou recurso.

As dívidas, então, foram inscritas em dívida ativa em 26.06.2000. Em 04.06.2002, foi promovido o ajuizamento de três executivos fiscais a elas correspondentes.

Responda, justificadamente, se ocorreu prescrição ou decadência relativamente a cada um desses créditos.



30. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2009

Afrânio e Otávio são domiciliados na cidade de Manaus, no Amazonas. Afrânio é proprietário de um apartamento no bairro de Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. Otávio, por carta, formaliza proposta para a compra do apartamento de Afrânio no Rio de Janeiro. Como Afrânio aceita a proposta, providenciam a lavratura, em cartório de notas de Manaus, da escritura de compra e venda do imóvel, com pagamento integral realizado no ato de sua assinatura. A escritura é apresentada para registro no Registro de Imóveis competente.

Pergunta-se:

Essa compra e venda gera obrigação de pagar ITBI? Por quê?

Caso não gere, que documento deveria ser apresentado ao cartório que lavrou a escritura ou ao Registro de Imóveis para a atestação da inexistência da obrigação? Tal documento teria de ser emitido por qual ente federativo?

Caso gere obrigação tributária, a que ente federativo deveria ser pago o tributo? Por quê?

31. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

A fabricante de cervejas, Indústria de Bebidas Chopin Ltda., que goza de excelente conceito no mercado de bebidas alcoólicas, encomenda à multinacional instalada no Estado do Rio de Janeiro, Adesivos Universal S. A., a confecção de 2 milhões de rótulos, indicativos das características da bebida que produz, destinados à colocação nas garrafas da bebida vendida a seus consumidores.

Em ato de fiscalização, a autoridade estadual, entendendo tratar-se de venda de mercadoria, visto que, flagrantemente, a Adesivos Universal entrega à indústria de bebidas os rótulos encomendados, autua a fornecedora por falta de recolhimento do ICMS devido. Segundo o Auditor-Fiscal, está perfeitamente configurada a ocorrência do fato gerador do imposto estadual.

O contribuinte, não se conformando, impugna a exigência, alegando não se verificar, no caso específico, uma venda, em sentido próprio, mas, sim, a prestação de serviços, ainda que, para realização do negócio, a multinacional faça entrega, ao encomendante, do material impresso.

Pede-se a emissão de parecer sobre a exigência feita pelo Estado, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, já assentada, sobre o assunto.

32. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)



A empresa Capivara Participações e Empreendimentos Ltda., ajuizou ação visando a anular lançamento do imposto previsto no art. 156, caput, II, da Constituição Federal, incidente sobre aquisição de imóvel decorrente de incorporação em realização de capi-tal, realizada quando da criação da sociedade, em 03 de dezembro de 2003.

Sustentava a autora, em resumo:

(1º) que a referida aquisição gozava de isenção tributária, nos termos do disposto no art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal reconhecida por despacho da autoridade municipal competente, não podendo ser revogada retroativamente, sem ofensa ao direito adquiri-do;

(2º) que o lançamento do tributo fora efetuado em 01 de dezembro de 2009, após transcorrido o prazo decadência;

(3º) que, no período de apuração, sua atividade não fora preponderantemente de compra e venda de bens ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil, pois não exercera quaisquer atividades, imobiliárias ou não; assim, uma vez que as leis que dispõem sobre isenções tributárias devam ser interpretadas restritivamente (CTN, art. 111, II), não se pode equiparar o não exercício de quaisquer atividades e o exercício das atividades que afastam o benefício fiscal.

Que argumento você oporia à empresa, em contestação, como Procurador do Município?

Justifique suas respostas.

33. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

A sociedade XPTO Ltda., estabelecida no Município do Rio de Janeiro, recolheu a este o ISS no período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2010, por força de serviços prestados a fundo de investimento sediado no exterior. Os serviços prestados abrangeram fundamentalmente a análise mercadológica de determinado seguimento industrial do país, para fins de tomada de decisão de investimento, ou não, pelo fundo tomador dos serviços. Os pagamentos se deram em conta bancária mantida no exterior pela empresa prestadora. A empresa ajuíza em 30 de junho de 2011 uma ação de repetição do indébito em face do Município, alegando tratar-se de exportação de serviços, hipótese de não incidência prevista em lei e na Constituição Federal. Por se tratar de tributo lançado por homologação, é pleiteada a devolução integral dos valores recolhidos, corrigidos monetariamente e acrescidos dos juros de mora desde os recolhimentos tidos por indevidos.

Sumarize em itens os argumentos de defesa do Município, fundamentado.

34. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)



O Prefeito pretende instituir a progressividade no ITBI. Consultado, na qualidade de Procurador do Município, manifeste-se sobre tal possibilidade, analisando criticamente os argumentos favoráveis e desfavoráveis.

35. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

A Secretaria Municipal de Fazenda encaminha consulta à Procuradoria do Município, solicitando orientação quanto à possibilidade de instaurar a cobrança do IPTU sobre imóvel titularizado por entidade sindical, no qual se encontra estabelecida uma concessionária de automóveis. Como Procurador do Município, qual orientação você daria à Secretaria de Fazenda. Fundamente.

4.4.5.4 - Direito Processual Civil

36. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

O Município propôs, em face de Caio, ação de execução fiscal, distribuída em 1º de março de 2010, pretendendo cobrar-lhe dívida pelo não pagamento do IPTU relativo ao exercício de 2009. Regularmente citado, Caio não pagou a dívida e nem ofereceu bens à penhora. Diante da inércia do devedor, o Município postulou ao juízo a decretação de penhora on line dos recursos eventualmente existentes nas contas bancárias do executado, medida que se mostrou infrutífera. Apesar de outras diligências levadas a efeito pelo exequente e pelo juízo, não foram encontrados bens sobre os quais pudesse recair a penhora. Sendo assim, em 1º de junho de 2010, o juízo prolatou decisão suspendendo o processo e, após o decurso do prazo de um ano, determinou o seu arquivamento. No dia 2 de junho de 2016, o juízo desarquivou os autos e prolatou sentença decretando a extinção da execução fiscal, reconhecendo, de ofício, o transcurso do prazo prescricional de cinco anos. Agiu corretamente o julgador? O Município tem possibilidades razoáveis de obter a reforma da decisão em 2º grau de jurisdição? Em caso positivo, quais os argumentos que poderiam ser invocados pelo Município em sua apelação?

37. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

É viável o acolhimento de interdito proibitório, formulado por particular que exerce posse sobre bem público, em face do Município proprietário?

Justifique sua resposta.

38. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013



A oposição dos embargos à execução fiscal suspende automaticamente os atos executivos? Justifique.

39. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

Qual o recurso ou meio impugnativo cabível em face das decisões a que aludem os §§ 1º e 2º do art. 543-B do Código de Processo Civil? Justifique.

(Art. 543-B. (...))

§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.)

40. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2010

Em uma ação de indenização por perdas e danos movida com base na queda de uma árvore que resultou na morte de um chefe de família, o Município do Rio de Janeiro foi condenado ao ressarcimento dos danos materiais e morais causados à viúva e seus três filhos menores. A condenação consistiu na compensação pelos danos morais na base de 50 (cinquenta) salários mínimos para cada um dos autores e na obrigação de pagar pensão no valor integral dos ganhos da vítima até que todos os filhos alcancem 24 anos e/ou que a viúva tenha falecido. O Município do Rio de Janeiro interpôs apelação contra a sentença, se insurgindo contra o total de sua condenação. Distribuída a apelação, o Relator a julgou monocraticamente, modificando a sentença de 1º grau apenas no que tange ao valor dos danos morais, que foram reduzidos para 40 (quarenta) salários mínimos para cada autor. Responda:

- a) O Relator podia ter julgado monocraticamente a apelação?
- b) Quem teria legitimidade de recorrer contra a decisão monocrática?
- c) Qual seria o recurso?
- d) Qual seria o órgão competente para julgar o recurso?
- e) Quais matérias você, como representante do Município, arguiria na apelação?

41. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2010

A superveniência de uma sentença de mérito, exauriente dos temas postos na lide, impõe prejudicialidade sobre um eventual agravo de instrumento interposto antes na mesma lide, contra uma decisão interlocutória que antecipou os efeitos da tutela? Justifique sua resposta.



42. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2009

Defina e distinga as figuras processuais dos embargos do devedor, embargos de declaração, embargos de divergência, embargos infringentes e embargos de terceiro, afirmando-lhes a natureza jurídica e a hipótese de cabimento.

43. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2009

O Município promoveu, por via administrativa, a notificação ao particular para desocupação e demolição de acessões levantadas em um bem imóvel municipal, onde exerce o notificado atividade econômica. Sentindo-se prejudicado, manejou o comerciante o competente interdito possessório, alegando que se encontra há muitos anos no terreno, onde então construiu suas dependências, reuniu estoque de mercadorias, constituiu fundo de comércio e onde, enfim, auferiu lucros empregados na sua própria subsistência e na de seus familiares. Na mesma petição inicial, cumulou o autor pedido de indenização específica por perdas e danos. Instado a desenvolver a defesa do Ente Municipal, mencione o (a) candidato (a) as linhas disponíveis à contestação, abordando estritamente os campos do Direito Civil e do Direito Processual Civil. Não é necessária a redação da contestação, mas recomenda-se a satisfação dos ônus da impugnação especificada, inclusive e, se for o caso, reconvenção.

44. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Em ação ordinária, com pedido de obrigação de fazer, movida contra o Município do Rio de Janeiro, foi proferida tutela antecipada na sentença de 1º grau, condenando o réu na obrigação indicada na inicial, a ser satisfeita no prazo de 90 dias, sob pena do pagamento de uma multa diária de R\$ 100,00. O Município interpôs apelação contra a sentença solicitando a reforma do julgado, com a declaração de improcedência do pedido formulado na inicial e, em requerimento subsidiário, fosse eliminada a multa diária. O recurso foi recebido apenas no efeito devolutivo, sendo julgado 360 dias depois de publicada a sentença de 1º grau. O acórdão da Câmara Cível reformou a sentença apenas para reduzir o valor da multa para R\$ 50,00. Transitado em julgado o acórdão 450 dias depois de publicada a sentença de 1º grau, o Município do Rio de Janeiro cumpriu a obrigação de fazer justamente no dia seguinte àquele em que a sua condenação se tornou definitiva. A parte autora, desejosa de cobrar do réu a multa diária, peticionou, após o trânsito em julgado, requerendo a citação do Município para o pagamento da quantia de R\$ 31.500,00 (R\$100,00 x 270 dias + R\$ 50,00 x 90 dias) no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. O Juiz mandou citar na forma do pedido. Uma vez citado, o Município do Rio de Janeiro oporá embargos de devedor. Pergunta-se:



- (a) Qual o prazo que o MRJ dispõe para opor os referidos embargos e como se conta esse prazo?
- (b) Poderia o Município, com chances de êxito, sustentar, em sua peça processual, que a multa diária não seria devida?
- (c) Em observância ao princípio da eventualidade, na hipótese de ser entender devida a multa diária, o que o Município poderia alegar a título de excesso de execução?
- (d) O que se deveria arguir contra a pretensão do exequente de que o pagamento seja feito em quinze dias, sob pena de penhora?

45. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Em ação proposta contra vários réus, em litisconsórcio necessário unitário, que meios de impugnação são ofertados pelo sistema processual brasileiro para a impugnação de sentença de procedência transitada em julgado, que esteja maculada pela ausência de citação de um dos litisconsortes?

46. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Exponha o candidato os argumentos favoráveis e contrários à denúncia da lide do servidor público estável, pelo Município, na ação de indenização contra este proposta pela vítima do ato ilícito praticado pelo primeiro.

47. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Em ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Prefeito, tendo por objeto lei municipal maculada pela vício de iniciativa em matéria reservada à competência privativa da Chefia do Executivo, o Órgão Especial do Tribunal, por maioria, julga improcedente o pedido.

- (a) Qual(is) o(s) recurso(s) cabível(is) contra a referida decisão colegiada e o(s) respectivo(s) prazo(s) de interposição?
- (b) Tem o Município legitimidade para recorrer da decisão em apelo?
- (c) Em se tratando de ação de controle concentrado de constitucionalidade, cuja decisão de mérito produz efeito erga omnes, caberá desenvolver em capítulo próprio de eventual recurso extraordinário a repercussão geral da matéria envolvida?
- (d) A decisão da Presidência do Tribunal de Justiça que inadmite recurso extraordinário contra o aludido acórdão de improcedência do pedido em apelo, com base em acórdão paradigma do Supremo Tribunal Federal proferido em sede de repercussão geral, desafia recurso? Qual (ais)?



(e) Cabe à Presidência do Tribunal de Justiça negar seguimento a recurso extraordinário sob o fundamento de inexistência de repercussão geral da matéria envolvida? Que meio(s) de impugnação tem a parte interessada contra essa eventual decisão presidencial?

Justifique todas as respostas.

48. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

Quais os limites ao reconhecimento ex officio, em fase recursal, de nulidades ocorridas no primeiro grau de jurisdição?

49. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

Discorra o candidato sobre os efeitos da sentença de mérito em relação ao assistente.

4.4.5.5 - Direito Civil

50. 4º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2016

Discorra sobre dois dos atributos dos direitos da personalidade.

51. 3º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2013

A Editora Prata contratou com o escritor Tício de Carvalho a publicação de obra literária que retrataria a biografia de Alberto Norberto, cantor de maior notoriedade na história da música popular brasileira. Tício de Carvalho já possuía extenso material pesquisado durante mais de dez anos acerca da carreira de Alberto Norberto e, após mais dois anos de árduo trabalho para dar forma definitiva à referida obra literária, entregou seus manuscritos à Editora Prata. Contudo, algumas semanas antes do esperado lançamento da obra, a Editora recebeu notificação judicial firmada por Alberto Norberto, vedando a publicação da biografia, sob a alegação de que seria necessária a prévia e expressa autorização pelo biografado, o que não ocorreria.

A Editora consulta o candidato, indagando se, juridicamente, pode ou não levar adiante a publicação da obra, mesmo sem a autorização do biografado. Fundamente sua resposta.

52. 2º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2010



Caio era um brilhante estudante de direito, já no último ano da faculdade. Era casado com Talita, dedicada esposa. Ambos ansiavam pela formatura de Caio, momento a partir do qual, tinham absoluta certeza, alcançariam um novo padrão de vida. Ocorre que Caio, sofrendo um grave acidente de trânsito, foi atendido em um hospital municipal, onde, por falta de correto atendimento, veio a falecer. Alguns meses depois, Talita propôs ação de reparação de danos em face do Município do Rio de Janeiro, postulando, não apenas danos morais, mas também danos patrimoniais consistentes na diferença de remuneração familiar que deixou de experimentar com o falecimento precoce de Caio, antes da sua formatura. O pleito de Talita procede? Justifique a sua resposta.

53. 1º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 2009

A Companhia Distribuidora de Petróleo “A” firmou contrato de fornecimento de combustíveis com o posto revendedor “B”, com cláusula de exclusividade, pela qual “B” não poderia receber de outras distribuidoras prestação da mesma espécie, obrigando-se, ainda, a exibir o nome de “A” na sua apresentação ao público consumidor.

Não obstante, o posto revendedor passou a adquirir, também, combustíveis da distribuidora “C”, que não é parte na relação contratual entre “A” e “B”.

Mais: a distribuidora “C”, embora ciente da referida cláusula de exclusividade, comumente inserida nos contratos de fornecimento celebrados por “A”, passou a vender combustíveis para outros postos revendedores que ostentavam a marca “A”.

Pode a Companhia “A” adotar providências judiciais em face da distribuidora “C”, por ter esta “atravessado” a relação contratual mantida com os seus postos revendedores, ou apenas em face destes últimos? Quais os fundamentos das medidas adotadas pela Companhia “A”?

54. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Poderia o Município do Rio de Janeiro vir a ser privado de próprio municipal, em ação reivindicatória por ele proposta, em face da invocação, pelos réus, do artigo 1.228, § 4º, do Código Civil?

Fundamente a sua resposta.

55. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

A inversão do ônus da prova, prevista no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, pode ser ordenada nas hipóteses de responsabilidade civil fundada na culpa?

Fundamente a sua resposta.



56. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

João saiu-se vencedor em ação de cobrança movida contra Carimbos Ltda., havendo trânsito em julgado da condenação. Iniciada a fase de cumprimento da sentença, vem a notícia da falência da executada. Ciente da quebra, e fundado exclusivamente na sua ocorrência, João postula a desconsideração da personalidade jurídica da falida nos próprios autos da ação por ele proposta.

É possível desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade falida neste caso?

Fundamente a sua resposta.

57. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

O adimplemento substancial é capaz de afastar a exceção de contrato não cumprido? Responda, fundamentadamente.

58. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

É transmissível, mortis causa, o direito de indenização por dano moral? fundamentadamente.

4.4.5.6 - Processo Legislativo Municipal

59. 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - 2011

O Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na forma dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 140 do Regimento Interno, constatando não haver quórum para realização de sessão ordinária, fez uma convocação oral de sessão extraordinária para as 14h30min, lendo a respectiva ordem do dia, da qual constava apenas um Projeto de lei ordinária, autorizando a contratação temporária de professores para suprir carência no ano letivo que se iniciaria em breve.

Persistindo a falta de quórum, e ainda na forma daqueles dispositivos, foram feitas novas e sucessivas convocações, sem nova leitura da ordem do dia, até que, às 16 horas, com a presença de 45 Vereadores, a sessão é iniciada, recebendo os Vereadores os “avulsos” (art. 235 do Regimento Interno). Prosseguindo normalmente a sessão, é aprovado o projeto da pauta, com 40 votos favoráveis e 4 contrários, impedido regimentalmente de votar o Presidente.



Após nova aprovação do projeto, na semana seguinte, em segunda discussão, este é enviado ao Prefeito, que o sanciona, vindo a promulgar a Lei, encaminhando-a para a gráfica oficial para publicação.

Neste mesmo dia, um cidadão ajuíza Ação Popular em face da Câmara Municipal, de seu Presidente, do Município e do Prefeito, requerendo seja declarada a nulidade da primeira votação, em razão de alegada lesão ao art. 181 do Regimento Interno, obtendo liminar, inaudita altera pars, para que seja suspensa a publicação da Lei já promulgada.

PERGUNTA-SE:

- 1) Que aspectos relevantes poderiam ser abordados em medidas judiciais voltadas contra a liminar, para permitir a publicação da Lei? Fundamente a sua resposta.
- 2) Em sede de contestação, que argumentos o candidato usaria, em preliminar e no mérito? (ATENÇÃO: não é necessário redigir a peça, basta expor os argumentos e a fundamentação respectiva).

60. 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - 2011

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por meio de Resolução aprovada por seu Plenário, criou Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as razões que levaram à falência da empresa privada X, com sede no Município, um dos principais laboratórios do país, fabricante de diversos remédios bastante utilizados pela população carioca.

Já na primeira reunião do órgão, deliberou-se pela quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico dos diretores da sociedade, em decisão assim enunciada: “Diante da relevância da empresa X para a economia do Município e para a manutenção da saúde da população carioca, e com o intuito de apurar a possível existência de irregularidades na gestão daquela sociedade, delibera-se pela quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de toda a sua diretoria, determinando-se o encaminhamento dos competentes ofícios ao Banco Central do Brasil, à Receita Federal e às diversas prestadoras de serviços telefônicos.”

O Banco Central do Brasil foi o primeiro órgão a responder, recusando-se a encaminhar as informações solicitadas, ao argumento de que as disposições contidas na Lei Complementar 105, de 10/01/2001, referentes ao sigilo bancário, especialmente o seu art. 4º, não autorizam o Poder Legislativo Municipal a ter acesso às operações ativas e passivas e aos serviços prestados pelas instituições financeiras¹

¹ Lei Complementar 105/2001:



Argumentando que qualquer CPI tem poderes de investigação próprios de autoridade judicial, a teor do art. 58, § 3º da Constituição Federal, o Presidente da CPI em questão encaminha expediente ao Procurador-Geral da Câmara, solicitando que sejam adotadas as medidas cabíveis para a obtenção das informações bancárias pretendidas.

Na qualidade de Procurador da Câmara responsável por examinar a questão, quais medidas, inclusive judiciais, você sugeriria que fossem adotadas? Justifique a sua resposta.

Analise, ainda, quais as eventuais dificuldades a serem enfrentadas em possível(is) ação(ões) judicial(is).

61. 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - 2011

É válido o dispositivo da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro que autoriza a recondução dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal para mandatos subsequentes? Fundamente a sua resposta.

62. 3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - 2011

O Plenário do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro recusa o registro do ato de aposentadoria de servidor municipal por entender inconstitucional lei daquele Município que concedia determinado benefício na fixação dos proventos. Na mesma sessão, delibera por oficiar ao Poder Executivo, determinando que se abstenha de aplicar referida lei.

Pode o Tribunal de Contas do Município adotar essa última medida? Justifique a sua resposta.

“Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 1º As comissões parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão as informações e documentos sigilosos de que necessitarem, diretamente das instituições financeiras, ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.”



4.4.5.7 - Direito Financeiro

63. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

À luz do ordenamento jurídico brasileiro, o Poder Executivo pode, na execução orçamentária, deixar de realizar despesa pública prevista na Lei Orçamentária Anual? Fundamente a sua resposta.

64. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Disserte sobre o equilíbrio orçamentário, versando obrigatoriamente sobre sua dimensão normativa e acatamento nos ordenamentos brasileiro e internacional.

65. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

A União Federal negou pedido de autorização formulado pelo Poder Executivo de município da Federação Brasileira para a realização de operações de crédito. Alegou a União Federal o descumprimento, pelo Poder Legislativo Municipal respectivo, do percentual máximo da receita corrente líquida relativa a despesas com pessoal, de 6% (seis por cento), previsto no art. 20, III, “a” da Lei Complementar Federal nº 101/2000, embora o limite global de 60% (sessenta por cento) do art. 19, III da Lei Complementar Federal nº 101/2000, previsto para o ente federativo respectivo como um todo, não tenha sido excedido. Considerando que há manifesta urgência pelo município para a celebração das operações de crédito, o Prefeito consulta a Procuradoria Geral do Município acerca da possibilidade de êxito de questionamento, por meio de ação judicial, da atitude adotada pela União. Manifeste sua opinião a respeito.

4.4.5.8 - Direito do Trabalho

66. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Convenção coletiva de trabalho vincula as entidades da Administração Pública Indireta? Fundamente a sua resposta.

67. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)



Ana, aprovada em concurso público de provas e títulos, foi contratada em 2 de maio de 2010 para o emprego de auxiliar administrativo em sociedade de economia mista municipal, com celebração de contrato de experiência, pelo prazo de 90 (noventa) dias, tendo realizado exame médico admissional, nos termos da lei, que concluiu pela sua aptidão física e capacidade laborativa.

Ao término do contrato de experiência, seu superior hierárquico encaminhou ao gerente de pessoal proposta de desligamento, o que foi aceito.

A servidora procurou o sindicato de classe, que interpelou a empresa questionando-a pela falta de motivação no desligamento e pelo fato de a empregada estar grávida. Como Procurador do Município, que orientação você daria à empresa?

68. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (GERAL)

Antônio, contratado por empresa pública municipal em 1999, teve sua jornada de trabalho reduzida, a partir de 1º de abril de 2008, de 8 (oito) para 6 (seis) horas, com redução proporcional do salário.

A empresa pública foi transformada em autarquia em 1º de fevereiro de 2009, tendo todos os seus empregados sido transpostos para o regime jurídico estatutário.

Em 1º de março de 2011, Antônio ajuizou reclamação trabalhista visando ao pagamento das diferenças salariais decorrentes da redução de jornada.

Foi válida a alteração contratual? Ocorreu prescrição?

Justifique e fundamente todas as respostas.

4.4.5.9 - Direito Processual do Trabalho

69. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Rogério Leão ajuizou ação trabalhista em face de seu antigo empregador, empresa de segurança, e do Município do Rio de Janeiro, que a contratara após regular procedimento licitatório, tendo sido proferida sentença revertendo a justa causa aplicada, com condenação ao pagamento de verbas rescisórias, e reconhecendo a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços.

Em liquidação de sentença, foi proferida decisão homologatória dando como corretos os cálculos autorais, com incidência de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, taxa simples, e concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento, sob pena de multa prevista no art. 475-J, CPC.

A execução em face do empregador foi frustrada, inclusive, porque veio a ser decretada a sua falência 6 (seis) meses após ele ter sido citado.



A partir daí, o Reclamante requereu que se direcionasse a execução contra o Município do Rio de Janeiro, devedor subsidiário, sem qualquer limitação em relação aos juros de mora e com a incidência da multa.

Como Procurador, responda fundamentadamente:

- (1) quais os argumentos que o Município poderia utilizar para resistir a essa execução;
- (2) que defesa articularia quanto à aplicação dos juros de mora;
- (3) que impugnação ofereceria à aplicação do art. 475-J, CPC.

70. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

João da Silva ajuizou ação trabalhista em face de seu ex-empregador por danos morais e materiais decorrentes de doença profissional, após ser dispensado sem justo motivo em 1º de agosto de 2003.

Considerando que João teve ciência da incapacidade para o trabalho em 3 de novembro de 2002 e que a ação trabalhista foi ajuizada em 31 de outubro de 2005, responda, fundamentadamente, se ocorreu ou não a prescrição da pretensão.

4.4.5.10 - Direito Empresarial

71. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

A sociedade Carimbos Ltda. foi constituída por quatro sócios, sendo que os sócios José e Maria possuem cada um 15% do capital social daquela sociedade e acabam de propor em face dos outros sócios – que são titulares em conjunto de 70% do capital social – uma ação com vistas à exclusão dos réus da sociedade, sendo certo que a sociedade foi também citada para integrar a lide. Informaram os autores que nos últimos anos ocorreram vários desentendimentos entre os sócios, culminando com a propositura de uma medida cautelar intentada por Demetrius e sua esposa, os outros sócios cotistas de Carimbos Ltda., na qual foram feitas diversas alegações caluniosas, difamatórias e injuriosas, que acabaram por quebrar a confiança e credibilidade recíprocas. Assim, com fundamento na quebra da affectio societatis, José e Maria requereram a exclusão dos sócios Demétrius e sua esposa.

Indaga-se: Assegurada a apuração de haveres, a quebra da affectio societatis configura hipótese suficiente para a exclusão de sócio? É possível a exclusão dos sócios controladores pelos minoritários?

Fundamente a sua resposta.



72. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

A sociedade anônima Verdes Mares é uma companhia fechada, seus acionistas aprovaram a redução do dividendo mínimo obrigatório, sendo que a assembleia que deliberou essa matéria ocorreu em 02 fevereiro de 2011.

Em 20 de março de 2011, último dia do prazo, o acionista Sr. “K” requereu o direito de retirada.

Em 20 de abril de 2011, no prazo legal, a sociedade anônima realizou assembleia geral ordinária e os seus acionistas aprovaram as demonstrações financeiras de 2010, inclusive o balanço que indicava o valor patrimonial por ação de R\$30,00.

Desta forma, o acionista dissidente pretende receber o valor de R\$30,00 por ação. No entanto, no dia apazado para o pagamento, a sociedade oferece R\$20,00 por ação, com o que não concorda o Sr. “K”, porque tal valor decorre do balanço aprovado em abril de 2010, referente ao exercício de 2009.

Indaga-se: Correta a decisão da companhia quanto à base de cálculo do valor do reembolso, considerando que a assembleia deliberou a redução do dividendo em fevereiro de 2011?

Fundamente a sua resposta.

4.4.5.11 - Direito Previdenciário

73. 7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 2011 (ESPECÍFICA)

Ana Maria, empregada de empresa pública, exercendo as funções de gari, apresentou problema de saúde, passando a sofrer de hérnia de disco agravada também por obesidade, tendo se submetido a cirurgia, que não conseguiu corrigir totalmente o problema, ficando, ao todo, afastada do trabalho pelo período de 8 (oito) meses, recebendo auxílio doença. Ao final desse período, o INSS lhe concedeu alta médica, indicando readaptação para função que não demandasse esforço físico.

Retornando ao trabalho, em 31 de março de 2011, a empregada foi submetida a exame médico, tendo sido considerada apta, com restrições, e, incluída em processo de readaptação, não se integrou com êxito em suas novas funções.

Ao cabo de 5 (cinco) meses de trabalho, não obteve avaliação de desempenho satisfatória, apresentando reduzida produtividade, tendo a empresa decidido dispensá-la sem justa causa.

Inconformada, Ana Maria ajuizou ação trabalhista pretendendo declaração de nulidade da dispensa, sob os seguintes argumentos:



a) de que apesar de ter se submetido a exame médico de retorno após a alta concedida pelo INSS e outro após 3 (três) meses, não foi submetida a exame médico demissional, situação que violaria o art. 168 da CLT;

b) que não poderia ter sido demitida, eis que a orientação do INSS era de readaptação;

c) que era estável, eis que seu problema de saúde era doença profissional.

Quais os fundamentos que a empresa pública poderia invocar em sua defesa na ação trabalhista, com relação a cada um dos argumentos sustentados por Ana Maria?

5 – PREPARAÇÃO PARA O CONCURSO

Meus amigos, acreditamos que a prova da 1ª etapa do certame deve ser realizada ainda este ano, razão pela qual devemos nos preparar para no máximo 5 (cinco) meses de estudo.

Com estas perspectivas, o foco precisa ser total nas seguintes disciplinas:

Direito Constitucional	Direito Administrativo	Direito Tributário	Direito Processual Civil
Fazenda Pública	Direito Civil	Direito Financeiro	Direito do Trabalho
	Processo do Trabalho	Previdenciário	

6 – ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A **chave do sucesso** para aprovação em qualquer concurso envolve um quarteto: **planejamento, estratégia, um bom material de estudos e dedicação.** Não adianta o aluno ter o melhor material, o melhor planejamento, a melhor estratégia e não se dedicar ou manter o foco.



Neste momento, quero conversar com você sobre o planejamento e a estratégia. Com o material de estudos, o Estratégia também pode te ajudar. Contudo, a **dedicação** precisa ser com você. Afinal, aqui vale a máxima **“no pain no gain”**.

Se você estiver disposto a pagar o preço do sucesso, este material pode te ajudar.

6.1 CICLOS DE ESTUDOS

Entendemos que a melhor maneira de se estudar para concursos – e isto é algo bastante pessoal – é através de ciclos. Estes poderão ser organizados de forma proporcional ao volume de conteúdo e cobrança de cada matéria, alternando-se o estudo de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve delimitar o tempo que dedicará aos estudos. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto.

Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Não isso não é problema, pois cada um tem um ritmo de estudos e um tempo para chegar à sonhada aprovação. O importante é: decidido a estudar para concurso, você deve fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. **Não se empolgue! "Eu irei estudar 12 horas diárias!"**

Pense que o projeto que você irá desenvolver é um **emprego temporário. Registre ponto!** Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer esse contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!



CURIOSIDADE

Em números!

Se você estudar 4 horas diárias, de segunda a sábado, ao longo de 1 ano você terá estudado 1248 horas!



Considerando a experiência e conhecimento jurídico prévios, se estudado de forma correta, será o suficiente para ser aprovado em qualquer concurso de advocacia pública.

Nesse momento, se você pretende estudar para um concurso que sequer tem edital autorizado, seguramente você terá esse tempo para estudar.

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova. É a melhor forma de organizar os estudos!

6.2 TEMPO

O tempo sempre será um vilão ou um aliado, a depender da forma que você o observe.

A diferença é que para todos os candidatos do concurso, sem exceção, os prazos são os mesmos e os dias de todos possuem 24 (vinte e quatro) horas.

Mas professor, eu trabalho.

Mas professor, eu tenho faculdade.

Mas professor, eu tenho filhos.

Mas professor, eu viajo muito.

Mas professor, eu não tenho dinheiro.

Mas professor, outros candidatos tem muito mais benefícios que eu.



As razões todo mundo sabe. Você vai fazer delas uma desculpa ou combustível para o sucesso?

O segredo, sem dúvidas é saber administrar o seu tempo. Não se engane. Tradicionalmente quem mais tem tempo é quem menos estuda, por acabar “ocupando” o tempo com atividades de menor importância.

Por outro lado, quem possui o tempo curto, acaba extraíndo o máximo de eficiência no pouco tempo que dispõe.

Algumas dicas nesta gestão de tempo são úteis:



Não se imponha metas inatingíveis (“vou passar em 1 ano!”).

Metas assim geralmente possuem um efeito negativo: frustração, dor, sentimento de incapacidade, ao invés de motivarem.

Quando você for estudar, estude.

Parece brincadeira, mas não é. Esqueça celular, telefone, criança, filho, esposa, mãe, pai, cachorro... tudo! O momento de estudo é um momento seu. Seu trabalho. Seu momento.

Coloque uma garrafa de água e uma xícara de café e reduza as interrupções da sua concentração.

Assim, quando você for estudar **uma hora**, realmente estude por uma hora.

Eu particularmente não troco uma hora de estudos minha por duas ou três horas de muitas pessoas.

Faça pausas

Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você **faça pausas**.

Estudos científicos demonstram que a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido e contínuo dedicado aos estudos.

Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

6.3 ESTRATÉGIAS ÚTEIS

Definir uma estratégia de estudos é realmente importante. Isto não significa que existe uma fórmula mágica ideal que terá aplicação para todas as pessoas do mundo. O que podemos fazer neste momento é apresentar ideias que já funcionaram com outras pessoas para você avaliar se na sua vida estas estratégias funcionam ou não.



Não estudar apenas uma matéria

Entendemos que você **não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia**. Isso deixará o estudo mais cansativo e gerará uma falta de motivação que será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil.

Não deixe para encerrar os estudos com Direito Penal, pois você estará cansado e desmotivado. Da mesma forma, não inicie com a disciplina que você mais possui aversão, pois a má-disposição poderá afetar o restante dos seus estudos.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. **Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verterá melhor resultado!**

Faça revisões periódicas

Além disso, é fundamental que você faça uma **revisão periódica** das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de alimentar e solidificar os conteúdos estudados.

Além disso, ao final do ciclo você reservará outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

6.4 DESCANSO

Um amigo uma vez me disse algo verdadeiro: concurso público se compara a uma maratona e não a uma corrida de 100 metros rasos.

É dizer: concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso, mas cadenciado. Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Apenas com edital aberto e próximo do concurso é que sugerimos estudar todos os dias. Não é o caso agora. Não podemos nem mesmo cogitar a possibilidade de, uma vez saído o edital, você estar cansado. Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.



6.5 CONCLUSÕES

Tomando por base a análise do que até aqui foi discutido nos itens 1 e 2 deste material, propomos a organização de um ciclo de estudos com as seguintes médias ponderadas de estudo:

DISCIPLINA	PESO
DIREITO CONSTITUCIONAL	3
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	3
DIREITO TRIBUTÁRIO	3
DIREITO ADMINISTRATIVO	3
FAZENDA PÚBLICA	3
DIREITO DO TRABALHO	2
PROCESSO DO TRABALHO	2
DIREITO FINANCEIRO	2
DIREITO CIVIL (INCLUINDO EMPRESARIAL)	2
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1

Assim, na distribuição da carga horária de estudo em **cinco meses**, dedicaremos proporcionalmente o tempo segundo o peso estabelecido acima.

7 - PLANO DE ESTUDOS

Estabelecido o peso e as disciplinas que serão estudadas, é necessário definirmos quantas horas por dia o aluno pretende estudar. Aqui consideraremos que o candidato possua **quatro horas** por dia de estudos.

Possui mais horas por dia para se dedicar?

Possui menos horas por dia para se dedicar?

Envie-nos uma mensagem no instagram que podemos te enviar o cronograma adaptado.



Um estudo de quatro horas por dia, de segunda a sábado, gera o equivalente a um mil e trezentas horas de estudo por ano. Como dito anteriormente, tempo suficiente para o aluno ter uma boa preparação.

A semana será dividida com as matérias que devem ser estudadas onde o aluno deve intercalar a leitura dos livros digitais e/ou assistir às aulas em vídeo, conforme preferir. Em razão de nossos princípios, acreditamos que você deve priorizar o estudo ativo pela leitura dos livros digitais.

Necessária, ainda, a dedicação de parte de seu tempo semanal para revisões, justamente para resgatar o que fora estudado durante aquele dia e aquela semana.

Por fim, o estudo dos informativos dos Tribunais Superiores daquela semana não deve ser esquecido, sendo necessário reservarmos uma parte do estudo semanal para isto. Dessa forma, um ciclo semanal poderá ser distribuído da seguinte forma:

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
<i>Dia livre</i>	MAT 1 MAT 2 REVISÃO	MAT 3 MAT 4 REVISÃO	MAT 5 QUESTÕES REVISÃO	MAT 1 MAT 2 REVISÃO	MAT 3 MAT 4 REVISÃO	QUESTÕES REVISÃO INFORMATIVOS

Nada impede que você alterne a ordem dos conteúdos a serem estudados. Do mesmo modo, nada impede que você reserve outro dia para descanso. **O importante é que você cumpra as 24 horas líquidas de estudo ao longo da semana.** Seja honesto consigo mesmo.

Lembre-se: você é o único responsável por sua aprovação.

7.1 HORAS LÍQUIDAS DE ESTUDOS

Outro ponto importante é que esse tempo de estudo é líquido. Vale dizer, você deverá passar 4,0 horas efetivamente estudando. Confira, a título ilustrativo como ficará a distribuição do seu horário:

<u>Opção 01</u>	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
07:45	organização pré-estudo
08:00 às 09:45	1º período de estudos
09:45 às 10:00	pausa

<u>Opção 02</u>	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
12:45	organização pré-estudo
13:00 às 14:45	1º período de estudos
14:45 às 15:00	pausa



10:00 às 11:45	2º período de estudos
11:45 às 12:00	pausa
12:00 às 12:30	revisão

15:00 às 16:45	2º período de estudos
16:45 às 17:00	pausa
17:00 às 17:30	revisão

<u>Opção 03</u>	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
18:45	organização pré-estudo
19:00 às 20:45	1º período de estudos
20:45 às 21:00	pausa
21:00 às 22:45	2º período de estudos
22:45 às 23:00	pausa
23:00 às 23:30	revisão

Naturalmente, estas são sugestões e não existe problema algum em uma alteração e quebra dos blocos de estudos ao longo do dia (um bloco no turno da manhã e outro à noite, por exemplo). O importante, ressaltado, é que haja a dedicação diária.

7.2 DEFINIÇÃO DAS MATÉRIAS ESTUDADAS

Como visto acima, existem matérias em concursos de advocacia pública que são muito mais relevantes que outras. Com base nos pesos definidos no **item 2.5**, entendemos que o caminho ideal para o aluno **iniciante** é focar nas matérias que mais são cobradas inicialmente.

Se o aluno domina **Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo**, ele já terá bons resultados em um concurso de advocacia pública, o que o deixará com motivação para seguir e estudar as demais matérias.

Pensamos, então, em uma meta de **3 meses** de estudos -> **90 (noventa)** dias.

A ideia seria focar exclusivamente nas matérias que mais caem com 4 horas de estudos por dia. O plano ficaria assim durante as duas primeiras semanas:



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H
Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H

Percebam que definimos as seguintes premissas: 5 matérias estudadas apenas, com blocos de questões e revisões de conteúdo aos sábados. Mas vejam, cada matéria você estudará durante 2 horas e o ciclo que definimos acima havia sido de 1 hora e 45 minutos.

Assim, diariamente você fará quanto àquela determinada matéria 1 hora e 45 minutos e estudos e 15 minutos de revisão.

Combinado?

E como ficariam as semanas seguintes?

Nas semanas seguintes, especificamente na terceira semana (no vigésimo dia de estudos), acreditamos que você já estará empolgado com os estudos. Assim, já começaremos a estabelecer uma meta de revisão e de simulados com questões um pouco maior.

O que acham? Vejam a proposta de calendário para as semanas seguintes:

Dia 15	Dia 16	Dia 17	Dia 18	Dia 19	Dia 20
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H
Dia 22	Dia 23	Dia 24	Dia 25	Dia 26	Dia 27
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H
Dia 29	Dia 30	Dia 31	Dia 32	Dia 33	Dia 34
CONST - 2H	ADMIN - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H



No final deste ciclo de **3 meses**, o aluno terá estudado na seguinte proporção cada matéria, demonstrada na tabela a seguir:

MATÉRIA	TEMPO (H)
ADMINISTRATIVO	62
CONSTITUCIONAL	62
PROC CIVIL	56
TRIBUTÁRIO	54
FAZENDA PÚBLICA	50
REVISÃO AO FIM DA SEMANA	40
QUESTÕES DISCURSIVAS	40

Percebam que 50 (cinquenta) horas de estudos – por exemplo - é tempo suficiente para você ver todas as aulas em vídeo do nosso curso sobre a atuação da Fazenda Pública, com carga horária estimada de 44 (quarenta e quatro) horas.

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/aspectos-de-direito-processual-aplicaveis-a-fazenda-publica-p-agu-procurador-federal-2018-2019/>

E não só isso. Dentro da disciplina Fazenda Pública, existem matérias relativas ao Direito Administrativo, Constitucional, Tributário e Processo Civil. Desta forma, estudando este bloco de 5 matérias, confiamos com bastante segurança que você estará muito preparado nestas matérias.

Lembre-se! Sempre estude as disciplinas com a legislação do município ao seu lado, visitando os principais dispositivos aplicáveis àquele determinado ponto da matéria.

7.3 E DEPOIS?

É hora de focar nas demais matérias.

Se você seguir a mesma dedicação da planilha de estudos acima desenvolvida, acreditamos que em cerca de 30 dias, você será capaz de vencer os principais pontos destas disciplinas. Mas veja, você já estará **“no ritmo”** e poderá acrescentar mais horas diárias ao seu estudo.

O edital estará iminente e você precisará estudar os principais pontos das matérias pendentes também ao longo do 5º mês de preparação.



É hora de focar em:

**Direito
Financeiro**

**Direito
Previdenciário**

Direito Civil

**Direito do
Trabalho**

**Processo do
Trabalho**

Por fim, deixe a **revisão** de toda a lei municipal para depois da publicação do edital, oportunidade em que repensaremos nosso cronograma.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meus amigos, chegamos ao final de nossa aula inaugural.

Espero que vocês tenham gostado! Quaisquer dúvidas, estou às ordens nos canais do curso e nos seguintes contatos:



profigormaciel@gmail.com



@ProfIgorMaciel

Grande abraço!

Igor Maciel



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.